

Edição comemorativa



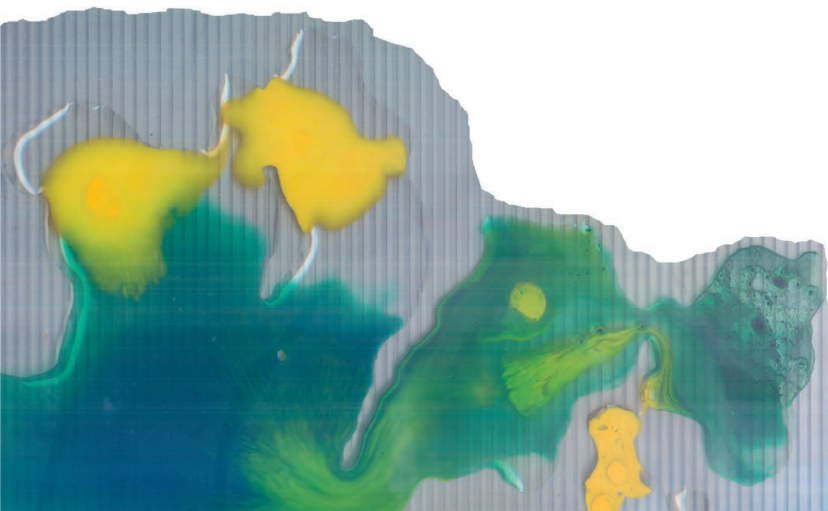
Instituto de Estudos Sócio-Ambientais

# BOLETIM GOIANO DE GEOGRAFIA

v. 24, n. 1-2, jan./dez. 2004

VI Congresso Brasileiro de Geógrafos

Setenta anos da AGB: as transformações do  
espaço e a geografia do século XXI



# Artigos

# DE “CIÊNCIA AUXILIAR” A SABER AUTÔNOMO: DOIS MOMENTOS DA GEOGRAFIA BRASILEIRA NO SÉCULO XIX\*

*FROM “AUXILIARY SCIENCE” TO AUTONOMOUS KNOWLEDGE:  
TWO MOMENTS OF BRAZILIAN GEOGRAPHY IN THE NINETEENTH CENTURY*

Sérgio Nunes Pereira - UFF  
snunes22@hotmail.com

## Resumo

O presente trabalho pretende discutir a evolução de um modelo de saber geográfico tributário da história (geografia como “ciência auxiliar”) para outro pautado nas ciências naturais e na ideologia do progresso em evidência no final do século XIX. Para tanto, tomando como base o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ), são examinados os projetos de conhecimento cultivados nas duas instituições, separadas no tempo por quase meio século (período suficiente para o estabelecimento de diferenças contextuais significativas). O IHGB, criado com a missão de construir as bases da identidade política, social e territorial do Império, teria perdido “enredo” com a decadência do poder monárquico, verificada ao mesmo tempo em que o país se integrava cada vez mais na economia mundial e a geografia convertia-se, segundo um personagem emblemático da época, na “mais cosmopolita de todas as ciências”. Abriam-se assim possibilidades de renovação deste saber e para a constituição de espaços institucionais alternativos aos existentes. O trabalho pretende demonstrar que a ressignificação de geografia então ocorrida conduziu à sua autonomização como área do conhecimento, materializada na formação da SGRJ.

**Palavras-chave:** Saber geográfico, geografia brasileira de século XIX, ressignificação.

## Abstract

The present work intends to discuss the evolution of a model of tributary geographical knowledge of history (Geography as an “auxiliary science”) to another based on the natural sciences and on the ideology of progress evidenced at the end of the nineteenth century. For such, taking the Brazilian Historical and Geographic Institute (IHGB) and the Geography Society of Rio de Janeiro (SGRJ) as basis, projects on learning cultivated in both institutions are examined, separated in time by nearly half a century (sufficient time for the establishment of significant contextual differences). The IHGB, created to construct the basis of the political, social and territorial identity of the Empire, would have lost its “plot” with the decadence of monarchic power, verified at the same time that the country increasingly integrated itself into the world economy and Geography, according to an emblematic character of the time, became “the most cosmopolitan of all sciences”. Possibilities were thus opening for a renovation of this field of knowledge and for the constitution of institutional spaces that were alternative to the existing ones. The research intends to demonstrate that the reconceptualization of Geography that occurred led to its autonomy as a field of knowledge, materialized with the SGRJ.

**Key-words:** Geographical knowledge, Brazilian geography in the nineteenth century, reconceptualization.

## Introdução

Ao longo do século XIX ganhavam corpo na Europa iniciativas de reconhecimento de territórios localizados no além-mar, na forma de expedições militares ou viagens de estudo organizadas por associações privadas de cunho científico e/ou comercial. Entre estas merecem destaque as sociedades geográficas, formadas a partir da década de 1820 e especialmente prolíferas entre 1870 e 1890, período inicial da era imperialista (CAPEL, 1977, 1981). Atuando como centros de intercâmbio científico e incentivo à exploração, elas contribuíram para cobrir os vazios de informação sobre o mundo e fornecer elementos para sua reconfiguração no plano representacional (DRIVER, 2001).

O surgimento de sociedades deste tipo em regiões do planeta identificadas pelo olhar europeu como objeto de ações de exploração constitui, por si só, um fato merecedor de atenção. A coexistência de duas delas em um mesmo país, como no Brasil, é outro dado interessante que só vem acentuar o aspecto ressaltado. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (daqui por diante IHGB) foi fundado em 1838, com a missão de construir as bases da identidade política, social e territorial do Império. Já a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ) veio a ser organizada num momento de crise do poder imperial e crescente integração do Brasil na economia capitalista mundial, quando a geografia, segundo Lorde Curzon (alto funcionário do governo britânico e presidente da *Royal Geographical Society*) havia se convertido na “mais cosmopolita de todas as ciências” (citado em SAID, 1990, p. 221). Há, portanto, diferenças contextuais significativas no marco original das duas instituições, que obviamente se fizeram sentir nos projetos de conhecimento por elas desenvolvidos. Tais projetos, configurando dois momentos na geografia brasileira, são discutidos nas páginas a seguir.

## O IHGB: programa de conhecimento e papel da geografia

A partir da Independência, a extensão do domínio territorial herdado e os riscos de sua fragmentação política, somados à ausência de uma história oficial capaz de selecionar elementos do passado que alimentassem uma idéia nacional, eram percebidos com preocupação por um Estado nascente como o brasileiro, que buscava definir uma identidade própria capaz de orientar sua atuação tanto no plano interno como externo (GUIMARÃES, 1988).

Para a conformação desta identidade foram convocadas diversas áreas do conhecimento e da produção intelectual (ROUANET, 1994), dando origem, no começo do Império, a órgãos de cultura oficiais criados com a missão de tornar mais objetiva a noção abstrata de pátria, ou seja, segundo o mesmo autor para “desenhar-lhe um rosto (...), moldar sua imagem de realidade” (p. 100). Entre esses órgãos cabe ressaltar o IHGB, que, acima de qualquer outro, simbolizou a institucionalização de um lugar de saber onde a idéia de Brasil – constituída por sua história e sua geografia – fosse possível.

Se consideramos este caso, a origem das sociedades geográficas em nosso país se vincula estreitamente ao processo de formação do Estado nacional, que, a exemplo de outros lugares, requereu um rompimento simbólico com o passado e a mobilização de esforços para se delinear a gênese da nacionalidade brasileira (GUIMARÃES, 1988). Com o IHGB, a nação recém-independente passava a contar com uma instituição destinada a escrever sua história, fundar suas tradições, produzir datas a comemorar e símbolos a enaltecer (SCHWARCZ, 1989). Vale lembrar que não se tratava somente de construir uma imagem de Brasil, mas também de torná-la homogênea no interior do segmento social dominante, que a transmitiria, por sua vez, ao conjunto da sociedade (GUIMARÃES, 1988). Esta elite esclarecida, ao mesmo tempo em que constituía os quadros do aparelho governamental, também freqüentava o Instituto, no âmbito do qual era socializada nos “valores nacionais” (ZUSMAN, 1996).

O IHGB contava em sua origem com cinquenta membros ordinários, divididos igualmente entre as seções de história e geografia. De acordo com os estatutos então aprovados, caberia a ele coletar, organizar e arquivar documentos pertinentes à história e à geografia do Brasil, além de incentivar o estudo das mesmas no ensino público. Em que pese a dupla referência, o Instituto estava comprometido, sobretudo, com a construção de uma *história nacional* (GUIMARÃES, 1988), projeto este que, em razão de seus pressupostos e objetivos, contribuía para consolidar uma tradição historiográfica documental, descritiva e classificatória, tributária da Ilustração.

O conhecimento geográfico do país constituía um dos suportes desta *história nacional*, dando mostras do valor simbólico conferido ao território e ao quadro natural nas representações sobre a nação (MORAES, 1991; DOMINGUES, 1996). Na perspectiva do Instituto – e em conformidade com um modelo estabelecido em fins do século XVIII –, a geografia era necessária, sobretudo, para o entendimento da história, subordinando-se a esta como disciplina auxiliar. Quando não orientados para cartografia e questões de fronteiras, os

trabalhos de cunho geográfico convergiam quase sempre para duas direções: as corografias ou notícias de províncias/capitanias e os roteiros de viagens e explorações. Convém observar que esses temas inscreviam-se também no domínio dos estudos históricos, o que torna relativamente inócua a preocupação de certos estudos em distinguir, na produção do Instituto, conteúdos correspondentes à história e à geografia. Tal distinção não parecia ter muito sentido no projeto acalentado no âmbito do IHGB, que entrelaçava de fato a problemática de constituição da nação com a definição de sua identidade física (GUIMARÃES, 1988, p. 23). História e geografia eram, portanto, interdependentes e complementares, constituindo, conforme indica o autor, “dois momentos de um mesmo processo, ao final do qual o quadro da Nação, na sua integralidade, em seus aspectos físicos e sociais, estaria delineado” (p.14).

A partir de 1850, com a consolidação do poder monárquico e a centralização daí decorrente, o Estado brasileiro passa a incorporar o interior do país no centro de suas preocupações, motivado por razões de defesa e expansão agrícola. Os efeitos desta nova conjuntura sobre o Instituto se fizeram sentir sobretudo através do interesse em dar prioridade à realização de trabalhos inéditos nas áreas do conhecimento que lhe competia – história, geografia e, a esta altura, etnografia (GUIMARÃES, 1988, p. 10). Não obstante, a vontade de orientar a produção intelectual numa direção concordante com os planos de interiorização vislumbrados, a ênfase documental e colecionista do IHGB manteve-se ainda bastante presente (e de certa forma dominante) ao longo de toda a segunda metade do século XIX. Esta se manifestava, por exemplo, nas numerosas corografias, memórias de viagem e roteiros de navegação publicados na revista do Instituto a partir de documentos da época colonial. Longe de constituírem um exercício anacrônico, tais transcrições apresentavam uma funcionalidade política no momento histórico de sua publicação, ao estabelecerem um nexo de continuidade entre o presente e o passado, construído sobre a base territorial da nação. À sua maneira, o IHGB contribuía para consolidar o que já foi apontado como um dos mitos fundadores do Brasil: o de que a unidade territorial conservada com a Independência teria sido um legado do governo colonial, apenas mantido pela nova elite dirigente (MACHADO, 1990).

Conforme ensina a autora, o mito seria conveniente às elites brasileiras por legitimar o autoritarismo do novo regime. Em suas palavras:

Afirmar que a unidade territorial foi produto de um governo colonial centralizador (...) sugere que este é o tipo de governo necessário para ‘manter’ a unidade (...). [A] indeterminação institucional no momento da independência levou

seus artífices a utilizar a tese da “continuidade”, ou seja, a conveniência de um governo centralizado, como condição de unidade. (MACHADO, 1999, p. 218)

O mito cumpriria ainda uma função naturalizante, ao encobrir as “articulações políticas entre o soberano e as oligarquias e entre elas entre si” (Idem, p. 226) que, para a autora, teriam construído efetivamente a unidade territorial.

O Instituto cumpria, portanto, um papel destacado na configuração da ordem imperial. Mantendo estreitos laços de lealdade com o Estado, de quem recebia donativos vitais ao seu funcionamento (SCHWARCZ, 1989), esmerava-se ele em oferecer seus préstimos na forma de serviço à Nação. E isto significava, como já visto, construir uma história oficial e fundamentar a “unidade nacional” (ou seja: a integridade territorial do Brasil). Os resultados desta atuação nos planos políticos e cognitivo estavam estreitamente associados. Do mesmo modo que atendia às demandas de representação patriótica do aparelho estatal, o IHGB conformava um modelo de conhecimento bem definido e coerente cujas características, aqui sumariamente delineadas, atuavam no sentido de fornecer os elementos constitutivos daquela representação.

### **Contexto de surgimento da SGRJ: transformações no campo científico-cultural brasileiro e ressignificação da geografia**

Cabe perguntar, nesta altura, até quando o modelo de conhecimento do IHGB seria capaz de manter-se sem perder sua funcionalidade, tendo em vista certas mudanças verificadas nas últimas décadas do século XIX, tanto em âmbito externo como interno. Com efeito, neste período, ao mesmo tempo em que se verificava uma significativa reconfiguração dos campos do saber nos centros culturais europeus (decorrente da valorização crescente da ciência experimental), ganhava corpo no Brasil um projeto de redefinição da identidade nacional, baseado no que Lia Osório Machado (1995, p. 310) caracterizou como “rejeição do passado-presente” [escravista] e busca de uma rápida inserção do país no “conjunto das nações ‘progressistas’ [industrializadas]”. Isto não significava dizer que o ideal de civilização cultivado pela elite brasileira tivesse perdido sua validade, mas apenas conhecido uma atualização. Assim, enquadrar o Brasil no ‘mundo civilizado’ consistia agora em colocá-lo nos trilhos da modernidade econômica, segundo o padrão ocidental.

Tratava-se de um novo momento, favorável à acolhida de concepções universalistas e cientificistas no plano intelectual (DANTES, 1993; MACHADO, 1995) e particularmente fértil no que se refere à criação ou reformulação de espaços institucionais dedicados à atividade científica (DANTES, 1993; PETITJEAN, 1993). Como exemplo de novas unidades podem ser mencionadas a Escola Politécnica, criada em 1874 e logo aparelhada com laboratórios e gabinetes científicos; a Escola de Minas de Ouro Preto, criada em 1875 para implementar a formação profissional em mineralogia e geologia; e a Comissão Geológica do Império, que, apesar de ter atuado no Museu Nacional por um período muito curto (1875-77), sedimentou um modelo de pesquisa científica e trabalho prático que seria retomado nas décadas seguintes (FIGUERÔA, 1997).

Os casos mais notáveis de reestruturação institucional foram o Museu Nacional de História Natural e o Observatório Astronômico, que passaram a ser organizados em moldes científicos após 1871. No primeiro, sob a gestão de Ladislau Neto, iniciou-se a publicação de uma revista (Arquivos do Museu Nacional) e foram realizados colóquios científicos e outros eventos, como a Exposição Antropológica (1882). No Observatório Astronômico, também tiveram início publicações científicas regulares, tais como seus *Anuários* e sua *Revista* (1885 e 1886, respectivamente). A transformação verificada nas duas instituições foi assim sintetizada por Maria Amélia Dantes (1993, p. 383-84):

Em 1881, o Museu Nacional deixava de ser uma instituição exclusivamente naturalista, nos moldes tradicionais [coleccionista], com a instalação do primeiro laboratório de pesquisas fisiológicas do país (...). [O Observatório] passou a funcionar como um centro de pesquisas astronômicas, sobretudo de astronomia de posição, para o que foi adquirido no exterior um instrumental moderno.

De um modo geral, no decorrer das décadas de 1870 e 1880, observou-se uma forte tendência à implantação de programas científicos, motivada pelo projeto imperial de “modernização do país e construção de um aparelho militar e administrativo nacional” (PETITJEAN, 1993, p. 637). Caberia acrescentar que a mobilização em torno da ciência não se verificava apenas no âmbito dos empreendimentos estatais (FIGUERÔA, 1997), tendo se manifestado também através de iniciativas voluntárias das mais variadas, tais como conferências populares (FONSECA, 1995-1996), clubes acadêmicos surgidos na Escola Militar (CASTRO, 1995) e associações de caráter científico, das quais a Sociedade de Geografia criada no Rio de Janeiro constitui um bom exemplo.

Em meio a tais mudanças, o surgimento desta última instituição suscita questões particulares. Em franco contraste com a situação de crise em que havia mergulhado no meio do século XIX (CAPEL, 1977), a geografia conhecia agora, com o cientificismo em voga, uma oportunidade de renovação. Antes mesmo que se consolidassem os primeiros modelos científicos moldados na Academia, através de Richthofen e Ratzel (CAPEL, 1981), uma nova concepção desta área do conhecimento começava a se afirmar, alimentada pela onda de progresso material e científico desencadeada nas últimas décadas do século, cuja propagação se supunha ilimitada. O impacto da técnica na reconfiguração do planeta, fosse ele real ou virtual, conferia vigor e sentido aos estudos geográficos, como fica patente no primeiro editorial do Boletim da SGRJ:

o domínio da geografia, por muitos anos, não passou de alguns adeptos: somente quando a corrente das pesquisas científicas arrastou o gênero humano aos estudos mais transcendentais, quando a realização dos melhoramentos materiais da viação, do telégrafo, e das máquinas, destruiu os embaraços que dificultavam em grande parte o progresso, então surgiu com verdadeira eficácia o justo entusiasmo pelo conhecimento profundo da Terra. (SGRJ, 1885, p. 6)

Neste cenário, compreende-se que a geografia possa ter adquirido uma dignidade que lhe permitisse superar sua condição subalterna (em relação à história, principalmente) e renovar fórmulas antigas, como aquelas em que estava identificada com a crônica dos viajantes ou a descrição enciclopédica de países. Em parte, esta ressignificação assumiu uma dimensão popular, que encontrou sua melhor expressão na literatura. Neste sentido, nada foi mais representativo que *romance geográfico-científico* de Júlio Verne. Para Gramsci (1976), que cunhou a expressão, em Verne não haveria apenas o arbitrário e a fantasia, próprios da ficção, mas uma aliança entre esses elementos e as expectativas reais geradas na época pelo progresso material e científico. As obras tinham igualmente uma forte dimensão geográfica, a qual não deve ser obscurecida pela imagem de visionário que cerca o autor. Em suas Viagens Extraordinárias, havia viagens de circunavegação, travessias da África em balão, ilhas misteriosas incógnitas no oceano e, na época em que terminava a construção do canal de Suez, um túnel submarino que ligava o Mar Vermelho ao Mediterrâneo (que, obviamente, só o Capitão Nemo conhecia...).

Além do gênero popular, que incluía também o jornalismo, a ressignificação referida assumiu também formas eruditas, como a *Nouvelle Géogra-*



*phie Universelle* de Élisée Reclus. Seus 19 volumes, publicados entre 1875 e 1892, não podiam faltar na estante do homem culto daquela época. Num ponto intermediário entre o modelo popular e o erudito, gravitavam os interesses de um grupo heterogêneo de indivíduos, disposto a levar a sério suas fantasias. Este público constituirá as sociedades geográficas.

A ressignificação da geografia que aqui se pretende destacar pode ser verificada, entre outros fatores, através de sua autonomização como campo do conhecimento. Apresentando-se como instâncias legitimadoras e centros aglutinadores de interesses diversos, as sociedades geográficas formadas no período tiveram um papel importante neste processo, constituindo, algumas vezes, espaços institucionais alternativos aos anteriormente existentes. Este parece ser bem o caso da SGRJ. Em alusão explícita ao IHGB – criticado, ainda que cordialmente, por sua conhecida concentração nos estudos históricos – e à seção da Sociedade de Geografia de Lisboa sediada no Rio de Janeiro – descartada por ser estrangeira –, os mentores da nova instituição assim justificaram sua origem:

a fim de [se] preencher a lacuna, há muito tempo sentida, de uma sociedade nacional, que tome a seu cargo o estudo, a discussão, investigações e explorações científicas da geografia nos seus diferentes ramos (...) e aplicações; e com especialidade o estudo e conhecimento dos fatos, e documentos concernentes à geografia do Brasil. (SGRJ, 1885, p. 4)

### **Considerações finais**

A partir do exposto pode-se sustentar que a geografia, no período em questão, conseguiu reunir as condições para sua autonomização como área do conhecimento, estando esse processo relacionado à formação das sociedades geográficas. A SGRJ representa, em grande medida, a parte brasileira desta história e como tal merece ser investigada. O presente texto, por restrições de espaço, limitou-se a tentar recompor as condições “externas” que teriam estimulado o surgimento da instituição, consciente de que uma discussão mais densa sobre suas origens envolveria, necessariamente, outros aspectos da questão. Neste sentido, dois trabalhos de maior fôlego oferecem alguma luz (PEREIRA, 2002; CARDOSO, 2003). A SGRJ atuou como um fórum importante de legitimação do conhecimento geográfico, tendo acolhido em seu interior diferentes modelos de conhecimento, tradições disciplinares e concepções sobre o que deveria ser o trabalho científico. Esta combinação de elementos,

poucas vezes consensual ou coerente, consistiu no que se entendeu por *geografia* no Brasil do final do século XIX às primeiras décadas do século XX.

## Notas

- \* Texto resultante de tese de doutorado defendida em abril de 2003, na Universidade de São Paulo.
- <sup>1</sup> Dos 27 sócios fundadores do IHGB, 22 pertenciam ao estrato superior da administração pública, muitos dos quais ocupando posições de grande importância, como conselheiros de Estado, desembargadores, senadores e outros cargos (SCHWARCZ, 1989, p. 7-8).
- <sup>2</sup> A produção do Instituto ganhava forma justamente em um período em que as fronteiras do Império Brasileiro eram objeto de discussão com os países vizinhos, o que demandava, além da ação diplomática, um conhecimento acerca desses espaços limítrofes, a fim de fundamentar-lhes a soberania (ZUSMAN, 1996, p. 101). O IHGB atuava no sentido de organizar um acervo documental que fornecesse subsídios a tais discussões, compilando informações sobre as áreas em questão a partir da cartografia e da exploração.
- <sup>3</sup> Alguns estudos ressaltam a desproporção entre artigos de história e de geografia na Revista do IHGB, apontando para uma maior ênfase nos primeiros e o caráter mais eventual, pragmático e instrumental dos segundos (VLACH, 1988, p. 112; SCHWARCZ, 1989, p. 22). Não havendo uma divisão explícita na revista, o que ao menos permitiria uma inferência quanto à construção dos recortes *histórico* e *geográfico*, tais estudos se utilizam de classificações anteriores, como as realizadas em 1953 por R. E. Proppino (no caso de Schwarcz) e em 1947 por Christóvão Leite de Castro (no caso de Vlach). São assim estimados em 18 e 25%, respectivamente, os trabalhos de geografia existentes nas páginas da Revista do Instituto.
- <sup>4</sup> Em 1847 foi inserida na estrutura do IHGB uma terceira sessão de estudos: a Comissão de Etnografia e Arqueologia Indígena (DOMINGUES, 1996, p. 43). O interesse pelo tema indígena iria justificar posteriormente (1859) a incorporação do qualificativo *Etnográfico* no nome da instituição, conservado até 1887.
- <sup>5</sup> O cientificismo difundiu-se também nas escolas de direito e medicina, mas não no mesmo nível que na Academia Militar. Nesta, além de hegemônico, ele atuava como elemento constitutivo da identidade social dos aspirantes, que denominavam sua escola de “Tabernáculo da Ciência” (CASTRO, 1995, p. 52-54).
- <sup>6</sup> Fizeram fama na época as reportagens de Henry Morton Stanley, do jornal *New York Herald*. Após encontrar o explorador David Livingstone na África Oriental, Stanley realizou novas expedições (patrocinadas pelo jornal americano e pelo *Daily Telegraph*, de Londres) e foi requisitado constantemente como conferencista.

## Referências

CAPEL, Horacio. Institucionalización de la Geografía y estrategias de la comunidad científica de los geógrafos. *Geo-Crítica*, n. 8-9, 1977.

\_\_\_\_\_. *Filosofia y ciencia en la geografía contemporánea*. Barcanova, Barcelona, 1981.

CARDOSO, Luciene Carris. *Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: identidade e espaço nacional (1883-1909)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, UERJ, 2003.

CASTRO, Celso. *Os militares e a República*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1995.

DANTES, Maria Amélia. Universalismo e ciência no Brasil no final do século XIX. In: LA-FUENTE, A. et al. (Eds.). *Mundialización de la ciencia y cultura nacional*. Madrid, Doce Calles / Ediciones de la UAM, 1993.

DOMINGUES, Heloísa Bertol. As ciências naturais e a construção da nação brasileira. In: *Revista de História*, n. 135, 1996.

DRIVER, Felix. *Geography Militant. Cultures of Exploration and Empire*. Oxford (UK) / Malden, Mass. (USA), Blackwell, 2001.

FIGUERÔA, Silvia. *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1808-1934*. São Paulo: Hucitec, 1997.

FONSECA, Maria Rachel F. As conferências populares da Glória: a divulgação do saber científico. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. II, n. 3, 1995-1996.

GRAMSCI, Antonio. *Literatura y vida nacional. Cuadernos del Cárcel*, n. 4. México D. F., Juan Pablos editores, 1976.

GUIMARÃES, Manuel Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, v. I, n. 1, 1988.

MACHADO, Lia Osório. Artificio político en el origen de la unidad territorial de Brasil. In: CAPEL, H. (Org.). *Los espacios acotados. Geografía y dominación social*. Barcelona, PPU, 1990.

\_\_\_\_\_. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem. In: CASTRO, I. E. et al. (Orgs.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.

MORAES, Antonio Carlos R. Notas sobre identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil. *Estudos Históricos*, v. IV, n. 8, 1991.

PEREIRA, Sergio Nunes. *Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: origens, obsessões e conflitos (1883-1944)*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, FFLCH-USP, 2003.

PETITJEAN, Patrick. Scientific relations as a crossing of supplies and demands of science. Franco-brasilian cases, 1870-1940. In: LAFUENTE, A. et al. (Eds.). *Mundialización de la ciencia y cultura nacional*. Madrid, Doce Calles / Ediciones de la UAM, 1993.

ROUANET, Maria Helena. Aquarelas de um Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. I, n. 1, 1994.

SAID, Edward. *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SCHWARCZ, Lilia. *Os guardiões da nossa história oficial: os institutos históricos e geográficos brasileiros*. São Paulo, IDESP, 1989.

SGRJ. Introdução. *Boletim da SGRJ Tomo I*, n. 1, 1º trimestre, 1885.

VLACH, Vânia R. F. *A propósito do ensino da geografia: em questão, o nacionalismo patriótico*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, FFLCH-USP, 1988.

ZUSMAN, Perla. *Sociedades Geográficas na promoção do saber a respeito do território: estratégias políticas e acadêmicas de instituições geográficas na Argentina (1879-1942) e no Brasil (1838-1945)*. Dissertação de mestrado. PROLAM, USP, 1996.

Recebido para publicação nos Anais do  
IV Congresso Brasileiro de Geógrafos no mês abril de 2004